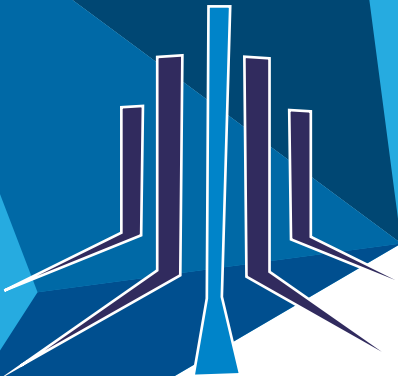




FAPEC

2025

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFGD

Horário: **8 horas**

MANHÃ

Duração da prova:
4 horas

Cód: **2010**

Cargo:

**Técnico em
Assuntos
Educacionais**

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões e b) um cartão-resposta.
3. Ao receber autorização, verifique se, no caderno, constam todas as **50 (cinquenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	☒	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

AO TERMINAR A PROVA, RETIRE SUA
ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DA CARTEIRA
E COLE AQUI

As questões de **01 a 06** referem-se ao texto a seguir. Os parágrafos estão numerados e algumas palavras ou segmentos textuais estão sublinhados para facilitar sua identificação pelos candidatos.

A inclusão da terceira idade no mercado de trabalho: uma análise jurídica e social

Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade

[...]

[1] Este artigo explora os aspectos jurídicos e sociais da inclusão da terceira idade no mercado de trabalho, destacando os desafios e as perspectivas de avanço.

[2] A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 7º, inciso XXXI, a proibição de discriminação por idade para efeitos de admissão ao trabalho. Além disso, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), em seu art. 27, veio garantir a proteção contra a discriminação no mercado de trabalho e tem promovido o acesso da pessoa idosa a programas de capacitação e reinserção profissional.

[3] Essas normas refletem a necessidade de garantir igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, reconhecendo a experiência e a contribuição da população idosa para a sociedade, entretanto a efetividade dessas disposições depende de sua implementação prática e da conscientização social sobre a importância da inclusão.

[4] A inserção da terceira idade no mercado de trabalho não é apenas uma questão de direitos, mas também de desenvolvimento social e econômico. A experiência acumulada por esses trabalhadores pode ser um diferencial competitivo, realidade que contribuirá para a inovação e a transmissão de conhecimento no ambiente profissional, entretanto desafios significativos permanecem, como o preconceito etário e a falta de adaptação das empresas às necessidades dos idosos. A ausência de políticas voltadas para a capacitação e a reinserção profissional também limita, e muito, as oportunidades para essa faixa etária.

[5] A promoção da inclusão da terceira idade no mercado de trabalho requer esforços coordenados entre o setor público e o privado. Políticas públicas, como incentivos fiscais para empresas que contratam idosos, e programas de capacitação específicos são fundamentais para garantir a empregabilidade desse importante nicho populacional.

[6] Demais disso, iniciativas privadas podem desempenhar um papel importante, como a criação de ambientes de trabalho inclusivos e flexíveis, que atendam às necessidades de saúde e bem-estar dos trabalhadores idosos.

[7] Com o envelhecimento populacional, urge repensar o papel da terceira idade no mercado de trabalho. A transição para uma economia mais inclusiva exige não apenas mudanças legais, mas também transformações culturais que valorizem a diversidade etária. A Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

8, reforça a necessidade de promover o trabalho decente para todos, independentemente da idade. Essa diretriz pode orientar a criação de políticas mais abrangentes e eficazes no Brasil e no mundo.

[8] A inclusão da terceira idade no mercado de trabalho é uma questão central para a promoção da igualdade e do desenvolvimento sustentável. Embora o Brasil possua um arcabouço jurídico que garante o direito ao trabalho sem discriminação etária, a implementação de políticas públicas e iniciativas privadas ainda é um desafio. Somente por meio de esforços conjuntos será possível construir um mercado de trabalho verdadeiramente inclusivo para a população idosa.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/422388/terceira-idade-no-mercado-de-trabalho-analise-juridica-e-social>. Acesso em: 9 jan. 2025. Com supressões, adaptações e grifos nossos)

01. Esta questão avalia conhecimentos sobre pontuação e suas implicações na construção de sentidos no texto (compreensão e interpretação). Assinale a alternativa que traz o comentário correto.

- A) Em [7], a ausência de vírgula antes da oração destacada garante o sentido restritivo que esta assume no período de que faz parte.
- B) Em [8], o sentido generalizante da oração destacada é garantido pela ausência de vírgula antes do pronome relativo ("que") que a introduz.
- C) Em [4], a oração destacada não está precedida de vírgula porque seu sentido é explicativo e generalizante, aplicando-se a todas as empresas.
- D) Em [8], a oração destacada deveria estar precedida de vírgula para garantir o sentido explicativo e generalizante que assume no período de que faz parte.
- E) Em [5], o pronome relativo ("que") que inicia a oração destacada deveria estar precedido de vírgula para garantir o sentido de restrição que introduz no período.

02. Há, no texto, um problema de organização textual que interfere (negativamente) na coesão. Em qual das alternativas se aponta essa falha coesiva e uma possível solução para o problema?

- A) O problema está no uso indevido de "Essas" [3] e "Essa" [7]; a autora deveria ter empregado "Estas" e "Esta", remetendo aos respectivos termos mais próximos.
- B) O problema está no uso do singular em "limita" [4]: como o sujeito da oração é composto, a forma verbal deveria estar no plural ("limitam").
- C) O problema está na falta de paralelismo sintático entre as duas últimas orações destacadas em [2], o que inviabiliza sua ligação por "e".
- D) O problema está em [4]: não é possível identificar o referente de "essa faixa etária"; o ideal seria a repetição de "os idosos".
- E) O problema está na separação dos parágrafos [5] e [6], que poderiam ser articulados em um único (parágrafo).

03. Assinale a alternativa que traz três palavras que são empregadas no texto como substantivos.

- A) Trabalho; idosa; prática [3].
- B) Público; privado; fiscais [5].
- C) Acesso; idosa; profissional [2].
- D) Trabalhadores; diferencial; idosos [4].
- E) Bem-estar; trabalhadores; idosos [6].

04. Em qual das alternativas são apontados dois tipos de sequências textuais presentes no texto?

- A) Argumentativas e narrativas.
- B) Argumentativas e injuntivas.
- C) Descritivas e narrativas.
- D) Narrativas e injuntivas.
- E) Injuntivas e dialogais.

05. Esta questão avalia conhecimentos sobre itens diversos do conteúdo previsto no Edital. Assinale a alternativa que traz a informação correta sobre o respectivo item em avaliação.

- A) Coesão: "essa diretriz" [7] retoma "Agenda 2030 da ONU" [7].
- B) Crase: em [2], faltou o sinal indicativo de crase em "a programas".
- C) Ortografia/uso de hífen: a palavra "bem-estar" [6] deveria ter sido grafada sem hífen, pois a segunda palavra do composto inicia-se por vogal.

D) Concordância: em "ainda é um desafio" [8], há erros de concordância verbal e nominal; o correto é "ainda são desafios", pois há dois núcleos do sujeito no plural.

E) Regência verbal: em [6], como o objeto de "atender" não é pessoa, esse verbo foi empregado como transitivo indireto, justificando o uso do sinal de crase em "às".

06. O modo como a autora emprega a expressão "terceira idade" no texto (título, [1], [4], [5], [7], [8]) corresponde a uma figura de linguagem. Em qual das alternativas é apontada essa figura?

- A) Metáfora.
- B) Hipérbole.
- C) Metonímia.
- D) Prosopopeia.
- E) Silepse de gênero.

07. No segundo parágrafo [2], a partir da comparação entre "art. 7º" e "art. 27", é correto afirmar que:

- A) a autora respeitou a norma para uso de números ordinais ou cardinais em referências a artigos de leis.
- B) no primeiro caso, a autora deveria ter grafado o numeral por extenso: "art. sétimo".
- C) em ambos os casos, a autora deveria ter grafado por extenso os numerais.
- D) para garantir o paralelismo, a autora deveria ter usado "art. 27º".
- E) para garantir o paralelismo, a autora deveria ter usado "art. 7".

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LEGISLAÇÃO RELATIVA AO SERVIDOR E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

08. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Toda pessoa tem direito à verdade, mas o servidor pode omiti-la ou falseá-la quando contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- B) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza atitude contra a ética ou ato de desumanidade, tão pouco grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- C) A função pública não deve ser tida como exercício profissional, pois os fatos e os atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- D) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, não havendo relevância na existência de equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor público.

E) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput e § 4º da Constituição Federal.

09. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O servidor deve ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.
- B) O servidor poderá deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister sempre que for de sua vontade.
- C) É vedado ao servidor participar dos movimentos e dos estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- D) É permitido ao servidor usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.

- E) É vedado ao servidor abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
10. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética, cuja fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso, é a de:
- A) demissão.
B) suspensão.
C) censura.
D) multa.
E) a Comissão de Ética não pode aplicar pena ao servidor faltoso.
11. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que:
- A) a reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua exoneração por decisão administrativa, sem ressarcimento de vantagens
B) reversão é o retorno à atividade a partir do requerimento do próprio servidor aposentado, podendo ocupar qualquer cargo que esteja vago na estrutura administrativa.
C) readaptação é a reinvestidura do servidor no cargo que ocupava, em decorrência da anulação da aposentadoria por invalidez por decisão da junta médica oficial.
D) o servidor habilitado em concurso público adquirirá estabilidade no serviço público quando for empossado em cargo de provimento efetivo.
E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e de vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
12. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a reversão é:
- A) uma penalidade administrativa.
B) uma espécie de licença remunerada.
C) um tipo de vacância de cargo público.
D) uma forma de provimento de cargo público.
E) um requisito para acumulação de cargo público.
13. De acordo com a Lei n.º 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, na Administração, a autoridade competente:
- A) não pode anular os atos administrativos que praticar.
B) pode revogar os seus atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
C) pode anular os seus atos administrativos apenas quando forem inconvenientes ou inoportunos.
D) pode anular seus atos administrativos quando ocorrer ilegalidade e revogar direitos adquiridos.
E) não pode revogar os atos administrativos que praticar.
14. De acordo com a Lei n.º 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que:
- A) o ato de improbidade administrativa sempre exige a prova de enriquecimento ilícito do agente público.
B) o ato de improbidade administrativa pode decorrer da conduta culposa ou dolosa que cause danos ao erário.
C) o mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
D) atos que atentem contra os princípios da Administração Pública são meras irregularidades e jamais configuram ato de improbidade administrativa.
E) os atos de improbidade administrativa são atos praticados exclusivamente por servidores públicos.

INFORMÁTICA

15. Quando você acessa um site pela internet, qual parte do endereço do site indica o protocolo usado para a comunicação entre o seu navegador e o servidor?
- A) O parâmetro de pesquisa, como "?q=computadores".
B) O protocolo, como "http://" ou "https://".
C) O domínio, como "www.exemplo.com".
D) A extensão do arquivo, como ".html".
E) O caminho, como "/produtos".
16. No Microsoft Excel 2010 ou superior, é preciso calcular a média de valores em uma coluna, mas apenas daqueles que atendem a um critério específico. Qual função deve ser usada para obter esse resultado?
- A) =MÉDIA()
B) =SOMASE()
C) =MÉDIASE()
D) =CONT.SE()
E) =PROCV()

17. No Microsoft Excel 2010, você é solicitado a criar um gráfico para ilustrar as vendas de um produto ao longo de vários meses. Para garantir que os dados sejam visualizados corretamente, qual é o primeiro passo para criar um gráfico?

- A) Selecionar os dados, ir até a aba "Design" e clicar em "Criar Gráfico".
- B) Selecionar os dados, ir até a aba "Exibição" e selecionar "Gráfico de Linhas".
- C) Inserir um gráfico manualmente no slide e configurar os dados posteriormente.
- D) Inserir uma fórmula de média para os dados e depois escolher um gráfico na aba "Fórmulas".
- E) Selecionar os dados que deseja incluir no gráfico e, em seguida, clicar na aba "Inserir" e escolher o tipo de gráfico desejado.

18. Qual das opções abaixo descreve corretamente a função de uma placa-mãe em um computador?

- A) Conectar e permitir a comunicação entre os componentes de hardware do computador.
- B) Realizar cálculos matemáticos e processar instruções do sistema operacional.
- C) Armazenar os dados do sistema operacional e dos programas instalados.

D) Fornecer energia elétrica para os componentes do computador.

E) Proteger o sistema contra falhas elétricas.

19. Você está navegando na web com o navegador Google Chrome e, ao visitar um site desconhecido, começa a perceber que a performance do seu computador está mais lenta, e você é redirecionado constantemente para páginas de anúncios. Além disso, um ícone aparece na barra de extensões do navegador que você não reconhece. A qual ameaça está exposto o navegador e que medida deve ser tomada imediatamente?

- A) Spam; bloquear todos os anúncios, utilizando um bloqueador de anúncios no navegador.
- B) Phishing; alterar todas as senhas de suas contas online e desativar cookies do navegador.
- C) Malware; desativar o JavaScript do navegador, a fim de impedir a execução do código malicioso.
- D) Spyware; desinstalar qualquer extensão desconhecida e realizar uma varredura completa com um antivírus.
- E) Malware; restaurar as configurações de fábrica do navegador e executar uma verificação de segurança no sistema.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E NORMATIVAS DA UFGD

20. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996) estabelece que excluído o período destinado aos exames finais, na Educação Superior, o ano letivo regular deve ter, no mínimo, a seguinte quantidade de dias de trabalho acadêmico efetivo:

- A) 270 dias.
- B) 230 dias.
- C) 250 dias.
- D) 200 dias.
- E) 300 dias.

21. A Lei n.º 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa lei definiu a demanda para que cada instituição de ensino, pública ou privada, constitua uma Comissão Própria de Avaliação (CPA). Assim sendo, conforme o SINAES, consiste em uma das diretrizes exigidas para a realização das atribuições da CPA:

- A) previsão no seu próprio estatuto da participação de todos os segmentos da comunidade universitária, obedecendo à proporção de 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes.
- B) atuação autônoma em relação a conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na instituição de Educação Superior.
- C) atuação autônoma em relação aos conselhos pedagógicos da instituição de Educação Superior.
- D) constituição por ato do dirigente máximo da instituição de Ensino Superior da indicação dos membros dos segmentos da comunidade universitária, obedecendo à proporção de 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes.

E) atuação condicionada às deliberações do colegiado máximo da instituição de Educação Superior.

22. Conforme o Estatuto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2012), constituem a Administração Central da instituição, EXCETO:

- A) Conselho Universitário.
- B) Conselho de Curadores.
- C) Reitoria.
- D) Conselho Social.
- E) Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.

23. A realização de Conferências Nacionais de Educação foi estabelecida pela Lei n.º 13.005/2014, com o intuito de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como subsidiar a elaboração do PNE para o decênio subsequente. Considerando essa demanda, a referida lei definiu que a coordenação das Conferências Nacionais de Educação é de competência da/o:

- A) Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.
- B) Conselho Nacional de Educação (CNE).
- C) Fórum Nacional de Educação (FNE).
- D) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- E) Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE A CIDADE DE DOURADOS/MS

24. A Reserva Indígena de Dourados (RID) é considerada uma das maiores do estado de Mato Grosso do Sul. Nesse território, estão localizadas as aldeias Jaguapiru e Bororó, que juntas abrigam as seguintes etnias:

- A) Guarani, Terena e Pataxó.
- B) Guarani, Kaiowá e Xavante.
- C) Guarani, Kaiowá e Terena.
- D) Kaiowá, Guajajara e Tupi-Guarani.
- E) Kaiowá, Terena e Xavante.

25. Dourados, ao longo de sua história, recebeu a influência de estrangeiros na sua economia e cultura. O simbolismo dessas influências se faz presente em diversos locais públicos da cidade, como praças e nomes de rua. Nessa direção, consideram-se como nacionalidades de imigrantes que fazem parte da história de Dourados:

- A) colombianos e argentinos.
- B) paraguaios e japoneses.
- C) paraguaios e tailandeses.
- D) chilenos e equatorianos.
- E) paraguaios e colombianos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

26. Segundo Rothen (2008), um dos primeiros marcos normativos de regulação do Ensino Superior no Brasil foi o Decreto n.º 19.851/1931, que também ficou conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. Considerando que essa normativa instituiu uma sistematização de organização institucional para as universidades do País, é correto afirmar que:

- A) a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) foi a primeira a aplicar o modelo organizacional previsto no Estatuto das Universidades Brasileiras.
- B) a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a primeira a aplicar o modelo organizacional previsto no Estatuto das Universidades Brasileiras.
- C) uma das exigências para a constituição de uma universidade no País compreendia congregar na unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de Ensino Superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras.
- D) uma das exigências para a constituição de uma universidade no País compreendia congregar na unidade universitária pelo menos dois dos seguintes institutos de Ensino Superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Instituto de Física.
- E) o modelo organizacional proposto pelo Decreto n.º 19.851/1931 foi orientado pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

27. Em 1968, durante a ditadura militar no Brasil, ocorreu a regulamentação da Lei n.º 5.540/1968, que ficou reconhecida como Reforma Universitária. Segundo Aroni (2017), além de estabelecer uma nova configuração regulatória para as instituições de Ensino Superior no País, essa normativa também repercutiu:

- A) na expansão de vagas de Ensino Superior em instituições privadas.
- B) na criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- C) na diminuição de matrículas no Ensino Superior.
- D) na aprovação do piso salarial do magistério de Ensino Superior.
- E) na representação estudantil paritária nos colegiados das universidades.

28. É correto afirmar que no Brasil o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades foi assegurado pela/o:

- A) Lei da Reforma Universitária – Lei n.º 5.540/1968.
- B) Estatuto das Universidades Brasileiras – Decreto-Lei n.º 18.851/1931.
- C) Constituição Federal de 1988.
- D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 4.024/1961.
- E) Plano Nacional de Educação Anísio Teixeira – Lei n.º 4.055/1962.

29. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi considerado uma política pública educacional de ampliação e de interiorização de acesso ao Ensino Superior federal do País. Instituído pelo Decreto n.º 6.096/2007, o referido programa estabeleceu como meta global:

- A) a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a distância para oitenta por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais e a distância por professor para vinte, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.
- B) a relação de alunos de graduação em cursos presenciais e a distância por docente para vinte, ao final de cinco anos.
- C) a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.
- D) redução das taxas de evasão em até oitenta por cento e ocupação de vagas ociosas, especialmente nos cursos de licenciatura.
- E) redução das taxas de evasão em até oitenta por cento e ocupação de vagas ociosas, especialmente, no período noturno.

30. A avaliação é parte indispensável do processo de ensino e aprendizagem e, além de identificar os limites apresentados na formação, orienta o planejamento das ações pedagógicas. Nas práticas educativas, Hoffman (2019) defende uma avaliação mediadora, na qual sejam consideradas as singularidades de cada estudante no seu curso formativo a partir de ações interativas/dialógicas. Nessa direção, é correto afirmar que a proposta de avaliação mediadora da autora se contrapõe à:

- A) avaliação diagnóstica.
- B) avaliação processual.
- C) avaliação classificatória.
- D) avaliação formativa.
- E) avaliação emancipatória.

31. O Parecer n.º 334/2019 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aborda os seguintes temas para a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores:

- A) perfil dos egressos; competências esperadas do egresso; organização do curso de graduação; avaliação das atividades; corpo docente; e disposições finais e transitórias.
- B) perfil dos egressos; organização do ensino; avaliação das atividades; corpo de profissionais da educação; e disposições finais e transitórias.
- C) perfil profissional; competências esperadas do corpo docente; organização do ensino, pesquisa e extensão; e avaliação das atividades.
- D) competências esperadas do egresso; organização do ensino; infraestrutura; e avaliação das atividades.
- E) perfil profissional; competências esperadas do egresso; organização do curso de graduação; avaliação das atividades de ensino; infraestrutura; e disposições finais e transitórias.

32. Um marco legal recente no âmbito do Ensino Superior do País compreende a chamada curricularização da extensão universitária, que foi instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Educação n.º 7/2018. Em relação às diretrizes introduzidas para a extensão na Educação Superior dessa resolução, é correto afirmar que corresponde a uma estratégia prevista na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014):

- A) ampliar a oferta de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do Estágio Supervisionado articulado à extensão como parte da formação na educação superior.
- B) ampliar o financiamento para a consolidação de redes de extensão entre universidades nacionais e internacionais.
- C) assegurar que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.
- D) ampliar a oferta de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do Estágio Supervisionado articulado à extensão como parte da formação na educação superior.

- E) assegurar que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

33. A Resolução do Conselho Nacional de Educação n.º 7/2018 instituiu novas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Em relação à realização das atividades de extensão nos cursos superiores, na modalidade de Educação a Distância (EaD), a referida resolução estabeleceu que:

- A) é facultativo aos cursos superiores, na modalidade a distância, a realização das atividades de extensão.
- B) nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas de forma híbrida, em região compatível com o polo de apoio presencial.
- C) nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente ou de forma híbrida, em região compatível com o polo de apoio presencial no qual o estudante esteja matriculado.
- D) nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado.
- E) nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas utilizando as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

34. Conforme as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução Conselho Nacional de Educação - CNE n.º 7/2018), as atividades extensionistas devem estar inseridas nas seguintes modalidades, EXCETO:

- A) programas.
- B) projetos.
- C) cursos sequenciais.
- D) eventos.
- E) prestação de serviços.

35. No Brasil, especialmente a partir do século XX, a produção científica se desenvolve, majoritariamente, nas universidades públicas. Essa assertiva está relacionada:

- A) à criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- B) aos programas de pós-graduação *stricto-sensu* nas universidades públicas brasileiras.
- C) à ampliação de matrículas em cursos de pós-graduação *lato-sensu* nos Institutos Federais.
- D) à exigência da avaliação internacional das universidades públicas do País.
- E) à criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

36. A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é de responsabilidade da/o:

- A) Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC).
- B) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- C) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- D) Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPq).
- E) Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP).

37. Sacristán (2000) aponta a construção de um currículo como um processo e, nessa direção, sistematiza um modelo com fases diferenciadas e inter-relacionados. Considerando a proposição do autor, é correto afirmar que todas as fases compreendem:

- A) currículo formal; currículo apresentado aos gestores; currículo modelado pelos professores; currículo reflexivo; e currículo avaliado.
- B) currículo oculto; currículo reflexivo; currículo em ação; currículo modelado pelos gestores; e currículo avaliado.
- C) currículo formal; currículo real; currículo apresentado aos gestores; currículo em ação; e currículo realizado.
- D) currículo prescrito; currículo apresentado aos professores; currículo modelado pelos professores; currículo em ação; currículo realizado; e currículo avaliado.
- E) currículo prescrito; currículo real; currículo oculto; currículo em ação; e currículo realizado.

38. O Projeto Pedagógico do Curso corresponde a um significativo instrumento de planejamento acadêmico para a gestão institucional. Considerando a avaliação desse documento, é correto afirmar que:

- A) no processo de reconhecimento de um curso de graduação, é facultativo a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.
- B) o Fórum Nacional de Educação (FNE) é o colegiado responsável pela avaliação de Projetos Pedagógicos dos cursos.
- C) a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é de competência exclusiva do dirigente máximo da instituição.
- D) o Núcleo Docente Estruturante (NDE) delibera sobre o sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.
- E) o Projeto Pedagógico do Curso é avaliado no processo de autorização de um curso de graduação.

39. A Resolução n.º 1/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) instituiu que zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação é uma das atribuições do/da:

- A) Núcleo Pedagógico Institucional (NPI).
- B) Núcleo Docente Estruturante (NDE).
- C) Comissão Própria de Curso (CPC).
- D) Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- E) Fórum Nacional de Educação (FNE).

40. A Resolução UFGD n.º 363/2022 dispõe sobre o Regulamento Geral para os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal da Grande Dourados. Considerando o referido documento, correspondem à estrutura organizacional e funcional dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da instituição, EXCETO:

- A) coordenação do programa como órgão consultivo, normativo e executivo.
- B) Câmara de Pós-Graduação como órgão deliberativo.
- C) coordenação como órgão executivo da Coordenação, constituída por um(a) coordenador(a) e um(a) vice-coordenador(a).
- D) comissões temáticas e temporárias a serem instituídas pelo(a) coordenador(a).
- E) uma secretaria, como órgão de apoio à coordenação.

41. A Lei n.º 12.711/2012 é popularmente conhecida como a Lei de Cotas. Trata-se de um marco normativo que se configura como uma política de ação afirmativa de reserva de vagas aos estudantes oriundos de escolas públicas, com base nos critérios étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas) e de renda. A referida Lei foi alterada em 2016 pela Lei n.º 13.409 e, em 2023, pela Lei n.º 14.723. Considerando essas alterações, é correto afirmar que os novos grupos que foram incluídos na reserva de vagas, respectivamente, de acordo com essas leis são:

- A) Pessoas com Deficiência e imigrantes.
- B) imigrantes e quilombolas.
- C) quilombolas e pessoas assentadas no campo.
- D) Pessoas com Deficiência e pessoas assentadas no campo.
- E) Pessoas com Deficiência e quilombolas.

42. Tendo em vista a alteração da Lei de Cotas n.º 12.711/2012, dada pela Lei n.º 14.723/2023, o edital de vestibular para ingressar em um curso de graduação de uma instituição federal de Educação Superior deverá deixar explícito:

- A) o preenchimento das vagas reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita.
- B) que os candidatos cotistas só concorrerão às vagas reservadas.
- C) no caso de não preenchimento das vagas, aquelas remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, a autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a Pessoas com Deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública.
- D) no caso do não preenchimento das vagas, aquelas remanescentes serão destinadas, prioritariamente, a autodeclarados pretos, pardos, indígenas, imigrantes, a pessoas assentadas no campo ou a Pessoas com Deficiência.
- E) o preenchimento das vagas reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos per capita.

43. A recente Lei n.º 14.914/2024 regulamentou a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com foco na ampliação e na garantia da permanência de estudantes e a consequente conclusão de seus respectivos cursos na rede federal de ensino. Se comparado ao Decreto n.º 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, a lei se diferencia em relação:

- A) a inclusão de estudantes da pós-graduação.
- B) a inclusão digital enquanto ação de assistência estudantil.
- C) o apoio pedagógico enquanto área direcionada à assistência estudantil.
- D) as ações de assistência estudantil considerarem a necessidade de viabilização de igualdade de oportunidades.
- E) a democratização das condições de permanência dos estudantes.

44. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Lei n.º 14.914/2024 - regulamentou o Programa de Bolsa Permanência (PBP). Considerando essa normativa, é uma das condições exigidas para o estudante dispor desse benefício:

- A) não ultrapassar, para conclusão, 3 (três) semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que tiver sido primeiramente matriculado.
- B) não ultrapassar, para conclusão, 1 (um) semestre do tempo regulamentar do curso de graduação em que tiver sido primeiramente matriculado.
- C) estar regularmente matriculado em curso presencial de graduação com carga horária média superior ou igual a 4 (quatro) horas diárias ou em curso presencial de Educação Profissional Técnica de nível médio.
- D) possuir renda familiar mensal per capita não superior a 1 (um) salário mínimo.
- E) não acumular a bolsa permanência com outras modalidades de bolsas acadêmicas e com outros auxílios destinados à assistência estudantil.

45. Conforme a Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) n.º 21/2017, consiste no sistema eletrônico de fluxo de processos relativos à regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de ensino:

- A) Plataforma Carlos Chagas.
- B) e-CNPQ.
- C) Plataforma Sucupira.
- D) e-MEC.
- E) Plataforma Freire.

46. No Brasil, pela Lei n.º 10.436/2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua oficial. Em consonância com essa Lei, o Decreto n.º 5.626/2005 inseriu a LIBRAS como componente curricular em cursos de graduação, o que representa uma perspectiva de política educacional inclusiva. Considerando o referido decreto, assinale a alternativa correta.

- A) A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino públicas e privadas.
- B) A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória para todos os cursos superiores de instituições de ensino públicas e privadas.
- C) A Libras deve ser inserida como disciplina curricular optativa nos cursos de Fonoaudiologia e de Terapia Ocupacional de instituições de ensino públicas e privadas.
- D) A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e optativa nos cursos de Fonoaudiologia e de Terapia Ocupacional de instituições de ensino públicas e privadas.
- E) A Libras deve ser inserida como disciplina curricular optativa nos cursos superiores de instituições de ensino públicas e privadas.

47. Em relação ao conteúdo dos processos seletivos para o ingresso nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior estabelecidos pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) n.º 391/2002, é correto afirmar que:

- A) os processos seletivos devem incluir a prova de redação em Língua Portuguesa, de caráter classificatório, segundo normas explicitadas no edital.
- B) os processos seletivos devem contemplar necessariamente a prova de redação em Língua Portuguesa, de caráter classificatório, e a prova objetiva de conhecimentos curriculares, de caráter eliminatório, segundo normas explicitadas no edital.
- C) os processos seletivos devem contemplar obrigatoriamente a prova objetiva de conhecimentos curriculares e a prova de títulos, de caráter eliminatório, segundo normas explicitadas no edital.
- D) os processos seletivos devem incluir necessariamente uma prova de redação em Língua Portuguesa, de caráter eliminatório, segundo normas explicitadas no edital.
- E) é facultativo aos processos seletivos a aplicação da prova de títulos e da prova de redação em Língua Portuguesa.

48. A Pandemia de Covid-19 acentuou, significativamente, a demanda pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em diversas áreas da sociedade, dentre elas, a educação. Nesse período, as TICs foram fundamentais para assegurar a continuidade da oferta das atividades nas instituições de ensino. Considerando a utilização das ferramentas de TICs nas práticas educativas, é correto afirmar que:

- A) a webconferência é uma ferramenta síncrona.
- B) a webconferência é uma ferramenta assíncrona.
- C) os fóruns são exemplos de ferramentas síncronas.
- D) as videoaulas são exemplos de ferramentas síncronas.
- E) o ensino remoto consistiu em uma modalidade educacional tecnológica equivalente a Educação a Distância (EaD).

49. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), criado pela Lei n.º 10.861/2004, se consolidou como uma das principais avaliações de desempenho dos discentes de cursos de graduação do País. No ano de 2024, mediante Portaria do Ministério da Educação n.º 610/2024, foi instituído um ENADE específico para as licenciaturas. Dentre as mudanças previstas nessa Portaria para a avaliação de estudantes dos cursos de licenciaturas, é correto afirmar a introdução do/a:

- A) instrumento de avaliação da prática.
- B) avaliação trienal.
- C) atribuição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na elaboração das provas teóricas do Enade Licenciaturas.
- D) avaliação quadrienal.
- E) obrigatoriedade de avaliação das Comissões de Estágio Supervisionado dos cursos de licenciatura.

50. Silva e Vitorino (2021, p. 304) argumentam que a linguagem simples contribui para a “eficácia, transparência, responsabilidade, participação pública e acesso à informação”. Assim sendo, para as autoras, é correto afirmar que um documento se enquadra em uma linguagem simples quando garante ao leitor:

- A) estar de acordo com as Normas de Linguagem Simples da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 10520:2020.
- B) acesso rápido em plataformas digitais.
- C) encontrar o que precisa, entender o que encontra e usar o que encontra para atender às suas necessidades.
- D) tradução por aplicativo gratuito.
- E) ser apresentada em vários idiomas.